

Razão e emoção

EURIDES BRITO DA SILVA

Coincidentemente, neste período em que o Ministério da Educação lança o Plano de Valorização do Professor, conclamando estados e municípios a se juntarem na busca de uma solução para a questão salarial, recebo carta de minha professora primária, que, aposentada, ainda vive em nossa Belém do Pará.

Na missiva, ela apela à ex-aluna para ajudá-la a resolver o seu maior problema: a falta de moradia. Hoje, aos 74 anos, com aposentadoria avultante, — como avultante foi sempre o seu salário de uma vida inteira dedicada ao magistério, formando gerações — ela está sendo despejada da casa onde reside por não poder pagar o aluguel.

Tentou participar de um programa habitacional, mas sem êxito, uma vez que o valor de sua aposentadoria e a idade não possibilitam sua aceitação em nenhum projeto dessa natureza.

E o que a professora quer de sua ex-aluna? Que eu a ajude a resolver a questão junto aos órgãos governamentais. Estou postergando responder à carta, porque não sei o que dizer à querida mestra. Aliás, sei o que dizer. O que não sei é co-

mo dizer. Não há como contornar o problema da falta de renda. Quanto à idade, para quem tem dinheiro, esta nunca foi um impedimento, pois se o problema não pudesse ser resolvido através de projetos governamentais, o seria de outra forma.

A indagação que fica é: será esta a recompensa que o País dá a seus professores? Historicamente o País paga aos docentes salários aviltados. Já em 1864, Lafayete Coutinho Ribeiro, então presidente da Província do Ceará, tratando a caótica situação do ensino naquela região, dizia, em carta dirigida ao Imperador Pedro II: "Para mim é fora de dúvida que é na mesquinhez dos ordenados que está a causa primordial do lamentável atraso de instrução primária nesta como em outras províncias". E, arrematava, categórico: "O indivíduo que se sente com certas habilidades, preferirá, de certo, mil outras carreiras que lhe abrem às esperanças largos horizontes à vida obscura do mestre escola que o sujeita a um trabalho penoso, inflinge-lhe, no presente, duras privações e promete-lhe, no futuro, a pobreza".

Em um trabalho que fiz, em 1978, Projeto Educação do Senado

Federal, alertei para o fato de que "nenhuma reforma educacional terá êxito, se não estiver apoiada em dois condicionantes básicos: bom nível de preparo de seu magistério e condições funcionais que assegurem o exercício da profissão — dentre estas, destaca-se, por ser da maior relevância, a questão salarial".

E aí vai ao governo do professor Fernando Henrique Cardoso uma sugestão, no momento em que as autoridades municipais, estaduais e o Governo Federal irão discutir o Plano de Valorização do Professor: por que não criar também um projeto que facilite ao professor do ensino fundamental a aquisição da casa própria? Quantos não são aqueles que, tendo apenas o magistério como fonte de renda, na sua fase final de vida não se encontram em situação igual a da minha velha mestra?

Certamente, alguns dirão: é uma proposta emocional. Que o seja. Nem sempre a emoção é inimiga da razão.

■ A professora Eurides Brito da Silva, ex-secretária de Educação do GDF, é vice-presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada